

SENADO FEDERAL

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

As sobras

• O Planalto não tem nada com isso, o presidente proíbe os ministros de falar do assunto, a sociedade faz coro, voltando as flechas contra ACM, Arruda, Jader e a crise do Senado. Ainda assim, sabe o governo que seu fim também está sendo precipitado pela crise parlamentar. Ela devorou quatro meses deste que deveria ser o ano do fecho de ouro da era FH. A CPI na Câmara comerá o resto.

E com isso, já se pode dar como praticamente encerrado o ano parlamentar. Difícilmente serão votados os projetos com que o governo planejou concluir o ciclo das reformas. A primeira evidência de que a crise do Legislativo sobra para o Executivo foi o aumento da reprovação ao governo em abril, já atestada por pesquisas. Isso lá fora, mas há também o comprometimento da dinâmica interna e dele também há sinais. A algaravia sucessória do início do ano, que ninguém conseguia calar, acabou de repente. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que começava a tomar posição na disputa, reclama que é preciso "sair do noticiário policial e voltar ao noticiário político". Já o ministro José Serra não se queixa. Voltou a tocar sua política setorial livre das acusações de estar fazendo campanha. Até mesmo em Cabo Canaveral, o salão do Palácio do Planalto em que FH lança programas e projetos, nada tem acontecido.

Quando o Congresso faz faxina, seja ela interna ou externa, não está fugindo a seus deveres ou pecando por imobilismo. Pelo contrário, faz o que deve ser feito, ainda que seja, como diz o senador Hartung, "sob as ordens da opinião pública". Lá na frente, como de outras vezes, acaba colhendo os frutos do trabalho doloroso. Pois, diferentemente do Executivo, sempre à procura de um tapete ou de um biombo, o Congresso raramente deixa de cortar na carne quando um dos seus sofre um flagrante moral — seja tocando piano ou fraudando o Orçamento. Mas agora, para dar cabo da tarefa, terá de pôr em segundo plano a agenda do

Executivo. E tem crédito para isso, pois nos últimos seis anos quase tudo o que votou foi em atenção ao Planalto.

Este deveria ser, no plano dos tucanos e do governo, um ano de colheita, de grandes anúncios e realizações, criando boas condições para a disputa eleitoral de 2002. A crise compromete tudo. E se não bastasse, há a insegurança econômica, que o patilhado mundo político prefere ignorar. Discutir agora qualquer coisa que não seja a punição pode soar a diversionismo.

Depois das cassações, que parecem inevitáveis, a aliança governista terá ainda menores possibilidades de ser reeditada. Um rio de mágoas correrá entre PSDB, PFL e PMDB. O PSDB teve um crise de nervos quando viu um dos seus encalacrado. Jogou Arruda às feras e acabou mal visto. O PFL ensaiou abandonar ACM, mas descobriu em tempo que faria bobagem. Que outro candidato o PFL tem para ganhar um governo estadual no ano que vem, senão ACM? Jaime Lerner e Roseana não podem mais concorrer. Daí a insistência na renúncia que preservaria os direitos políticos do senador. O PMDB vai capengando com Jader Barbalho, tropeçando nos casos Banpará e Sudam, magoado com FH e inseguro quanto ao que fará em 2002.

Mas, para uma justa distribuição das deficiências, é preciso dizer que a oposição também nada mais faz do que embarcar no velho bote da cruzada anticorrupção. No mastro, não se vê nenhuma bandeira nova. O eleitorado hoje exige detergente. Amanhã, vai pedir mais que limpeza e estabilidade.

• Já há senadores pedindo para sair do Conselho de Ética do

Senado. Votar contra a cassação é comprar briga com os eleitores.

Votar contra ACM é arranjar inimigo para o resto da vida.